

**HABEAS CORPUS Nº 548.540 - RS (2019/0356732-3)**

**RELATOR** : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO  
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO  
SUL  
**ADVOGADOS** : FABIO DA COSTA NERY - RS046013  
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO  
SUL  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO  
SUL  
**PACIENTE** : DIJAN PAES PEDROSO  
**PACIENTE** : JAIRSON PEDROSO  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO  
SUL

**DECISÃO**

Trata-se de **habeas corpus**, com pedido liminar, impetrado em favor de DIJAN PAES PEDROSO e JAIRSON PEDROSO, contra v. acórdão proferido pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul**.

Depreende-se dos autos que o eg. Tribunal de origem, acolhendo as razões do recurso em sentido estrito interposto pelo Ministério Público Estadual, contra r. decisão de primeira instância que concedeu a liberdade provisória, deu provimento ao recurso para decretar a segregação provisória dos ora pacientes pela prática, em tese, do delito de tráfico de drogas.

Daí o presente **writ**, no qual aduz o impetrante que os pacientes estariam sofrendo constrangimento ilegal em razão da ausência de fundamentação do v. acórdão que determinou suas segregações cautelares.

Requer, ao final, a revogação da prisão preventiva dos pacientes.

É o breve relatório.

**Decido.**

# *Superior Tribunal de Justiça*

A análise dos autos, nos limites da cognição **in limine**, não permite a constatação de indícios suficientes para a configuração do **fumus boni iuris**, não restando configurada, **de plano**, a flagrante ilegalidade a ensejar o deferimento da medida de urgência, até mesmo porque as alegações contidas no bojo da inicial do **mandamus** demandam cognição exauriente do processo, possível tão somente após as informações a serem prestadas pela autoridade apontada como coatora e o oferecimento do parecer do Ministério Público Federal.

**Denego, pois, a liminar.**

Solicitem-se, **com urgência e via telegrama**, informações atualizadas e pormenorizadas ao d. juízo de primeiro grau.

Após, vista dos autos ao d. Ministério Público Federal.

P. e I.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO  
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator